

NADA A COMEMORAR!

Um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês, e um estudante do Ensino Médio custa R\$ 2,2 mil por ano. Alguma coisa está errada na nossa Pátria amada.

(Ministra Cármen Lúcia – Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça)



Anna Gilda Dianin
Advogada
especialista em
Direito Educacional
e Direito Sindical.
Presidente do
Sinepe/Sudeste/MG


Nos últimos anos, secretamente ou na garantia do anonimato nas redes sociais, parcela significativa da sociedade festeja a prisão de políticos de grande visibilidade e “capitães da indústria”. Jubilosamente, acredita-se no rompimento da máxima segundo a qual “a cadeia foi feita para pobres e pretos”.

Estranhamente, não se explodem rojões pela conquista, entre nós, de prêmios da envergadura de um Nobel. Não os temos.

Também não nos alegramos com boas posições nos rankings internacionais que aferem a qualidade da educação, de vida etc. Jamais as conquistamos.

Porém, a dura e assombrosa realidade que revela ser o custo 13 vezes maior do que um estudante gera desconforto.

Talvez por isso a comparação destacada pela ministra Cármen Lúcia tenha ultrapassado os limites da 64ª Reunião do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, onde foi proferida, para ganhar as manchetes da mídia nacional.



Assim como o encarceramento de ricos ou pobres deixa de ser assunto próprio de páginas e programas policiais, o debate sobre a educação que queremos não mais pertence com exclusividade a autoridades e técnicos do ensino.

Este talvez seja o fator mais relevante naquilo que foi dito pela ministra, porque não se trata apenas de advogar que o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) seja elevado aos patamares do custo individual do preso, mas de trazer ao centro do debate a urgente necessidade de priorizar a educação.

E aqui se está a falar de uma educação – prestada pelo Estado ou pela iniciativa privada – que ultrapasse a preocupação de transmitir saberes e incorpore a possibilidade de o educando forjar sua própria identidade, mediante acesso aos recursos necessários para tanto.

A evidenciar a necessidade de que a educação seja o principal foco deste e dos próximos governos, enfatizo outros dados fornecidos pela ministra, na mesma ocasião: "A cada nove minutos, uma pessoa é morta violentamente no Brasil. Nosso País registrou mais mortes em cinco anos do que a guerra da Síria. Estamos, conforme já disse o Supremo Tribunal Federal, em estado de coisas inconstitucionais. Eu falo que estamos em estado de guerra. Temos uma Constituição em vigor, instituição em funcionamento e cidadão reivindicando direitos. Precisamos superar vaidades de detentores de competências e, juntos, fazer alguma coisa".

Certamente, esse "fazer alguma coisa" implica abandonar o permanente estado de reforma educacional em que nos encontramos há séculos e trabalhar com os recursos de que dispomos. Sem sonhos mirabolantes e soluções que, embora aparentemente bonitas e bem desenhadas, são de práticas inviáveis. Talvez em alguns anos tenhamos o que comemorar. ■

annadianin@uol.com.br